

SEU DINHEIRO

66m. Brasil

A CRISE ECONÔMICA E O IMPASSE POLÍTICO

Celso Ming

Não há quem discorde do diagnóstico: essa inflação aí, de 25% a 30% ao mês, é consequência da desordem

fiscal e monetária que prevalece no País. A arrumação desse estado de coisas exige decisões corajosas e impopulares. O mínimo que se pode dizer é que, sem uma profunda reforma da Constituição, não vamos ter conserto.

Uma boa pauta para reforma da Constituição é obviamente política. Mas, sob o ponto de vista estritamente técnico, se é mesmo para criar condições para a estabilização, é difícil fugir de uma bateria de oito itens: 1. reforma tributária que simplifique e dê eficiência ao sistema de impostos; 2. transferência de responsabilidades do governo federal para estados e municípios; 3. fim da estabilidade no emprego para o funcionalismo público; 4. reforma da Previdência Social que preveja o fim da aposentadoria por tempo de serviço; 5. fim do monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações; 6. fim do tratamento discriminatório ao capital estrangeiro; 7. reforma financeira e independência do Banco Central; e 8. remoção do limite idiota dos juros reais fixado em 12% ao ano.

Por aí se vê que a reforma da

Constituição e outras decisões que levem ao saneamento das contas públicas, para dizer o mínimo, contrariam interesses e exigem sacrifício. A grande questão está em saber como conciliar a necessidade de medidas duras com o próprio cronograma político que está aí.

Em 1994, teremos a maior eleição da história política do Brasil. Além do novo presidente da República, serão escolhidos os novos governadores, dois terços dos senadores, os deputados federais e os deputados estaduais. Praticamente todos os políticos preparam suas campanhas eleitorais. Não é de se esperar que se predisponham a tomar decisões que pareçam contrariar interesses imediatos dos seus eleitores.

Fósforo e gasolina

Diante dessa dificuldade política, não falta quem esteja sugerindo adiar a reforma da Constituição, prevista para este ano, para 1995 ou 1996. Nessas condições, as desordens fiscal e monetária têm tudo para agravar-se. Qualquer economista sabe que é temerário contar com uma estabilização da inflação aos atuais níveis de 25 a 30% ao mês. O presidente Itamar Franco preferiu evocar a



natureza explosiva da situação econômica e política quando, na última quarta-feira, fez um apelo para que o País tomasse cuidado com brincadeiras que envolvam fósforos e gasolina.

A estratégia do governo é claramente de ganhar tempo, até que se

criem as condições para a reforma da Constituição. Já se viu que a tal política do feijão com arroz se assenta em bases precárias e só poderia ser levada adiante se a inflação não transpusesse o nível de tolerância da sociedade, alguma coisa em torno dos 35% ao mês.

Cinco saídas

Se isso ocorrer, deve-se pensar em fatos novos. Depois de tudo o que aconteceu, a primeira idéia que passa pela cabeça de todos é a de que o governo está sempre preparando novo choque, alguma coisa nos moldes dos cinco anteriores. Mas a probabilidade de que isso aconteça é hoje mínima. Mesmo se o governo não resistisse a essa tentação, não haveria como evitar a desobediência civil e mesmo a rebeldia do Congresso para sua aprovação.

A outra hipótese frequentemente mencionada é a adoção de um plano baseado na retomada do crescimento econômico, que desse prioridade à criação de empregos e ao crescimento dos salários, de maneira a ocupar melhor a atual capacidade ociosa da produção. Essa possibilidade, no entanto, exigiria uma expansão das despesas públicas e, portanto, mais déficit e mais emissões de moeda. Implicaria um novo salto da inflação. O risco de um enfarte no organismo econômico seria elevado.

Não falta quem proponha a dolarização nos moldes argentinos. Mas esta é uma saída impossível. Primeiro, porque não há reservas, em dólares, suficientes para

garantir a troca de cruzeiros por dólares e vice-versa; e, segundo, porque, outra vez, sem uma reforma fiscal confiável, não seria possível evitar o déficit e, portanto, a emissão de moeda que sabotaria a necessária paridade cruzeiro-dólar.

É possível até que o governo esteja mesmo preparando um plano, para ser executado mesmo que não haja um estouro inflacionário. Mas não conte com grandes surpresas. Muito provavelmente não passará de uma maquiagem baseada num punhado de promessas e repisadas intenções jamais cumpridas: de juros mais baixos, mais emprego e mais salário, mão dura contra os especuladores, mais rigor no controle de preços, coisas assim.

Finalmente, por que não levar em conta que, em caso de ameaça real de hiperinflação, os próprios políticos não se mobilizem para executar o serviço a que hoje se recusam, o de cortar fundo e fazer o ajuste fiscal? Para que isso aconteça, no entanto, é preciso que o medo de justicamento político seja mais forte e mobilize o Congresso para a tomada de decisões. Seria preciso que a situação estivesse bem pior do que está agora.